

Fortaleza, setembro de 2026.

Companheiras e companheiros servidores públicos,

Gostaria de escrever a você, meu colega servidor público, seja de que poder ou esfera. Como servidor público federal que atua na política social, não poderia deixar de enviar uma mensagem direta a meus companheiros e a minhas companheiras que cotidianamente desenvolvem políticas públicas que garantem direitos de cidadania a milhões de brasileiros.

Nos últimos 12 anos, definimos que a defesa do serviço público e a valorização dos/as agentes públicos seriam uma das bandeiras prioritárias de nosso mandato na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Enfrentamos as ideias neoliberais e sempre nos posicionamos em defesa do Estado Social, assim como não medimos esforços para atuar durante todo o ciclo de vida funcional de um servidor ou de uma servidora: ingresso no quadro de pessoal, remuneração justa, Plano de Cargos e Carreiras adequado, enfrentamento ao assédio moral, condições de trabalho, proteção do/a servidor/a ao se aposentar, dentre diversas dimensões que atravessam a vida de um/a agente público/a.

O que seria das maiorias sociais se não fosse o serviço público? Mesmo no pandemônio que foi o governo Bolsonaro, o que seria de nós na pandemia se não fosse o trabalho essencial de milhões de servidores? Mesmo assim, as narrativas neoliberais colocam a sociedade contra nós. Ao contrário do que alardeiam, não somos muitos nem marajás. O Brasil tem menos de 10% de sua força de trabalho no serviço público, com salários médios de até cinco salários mínimos. Para garantir os direitos de cidadania, deveríamos ser muitos mais.

Nos nossos mandatos, acompanhamos milhares de candidatos/as aprovados/as em concursos públicos e processos seletivos: defendemos a convocação integral dos/as aprovados/as da SEDUC, Ematerce, SECULT, SEAS, SEPLAG, SEMACE, Defensoria Pública, Judiciário, MP, Alece, UECE/UVA/URCA, bem como dialogamos com inúmeras comissões de aprovados/as em concursos na área da segurança pública (Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil, Perícia Forense, etc. Compreendemos que a defesa do serviço público e a valorização dos/as servidores/as perpassam necessariamente pela efetivação do princípio constitucional do concurso público e a realização de processos seletivos justos e impessoais.

Ainda no âmbito da admissão, merece destaque a edição da Lei nº 17.432/2021 (de iniciativa do Poder Executivo), que instituiu as cotas raciais em concursos públicos no Estado do Ceará. Nosso mandato participou ativamente da aprovação da norma mediante manifestações em Plenário, elaboração de emendas que fortaleceram e conferiram segurança jurídica a seus procedimentos (a exemplo da heteroidentificação), articulação com o movimento negro e diálogo com a Secretaria da Igualdade Racial.

Nosso mandato dialoga constantemente com servidores/as públicos/as, sobretudo através da organização associativa ou sindical. A orientação de conduta para projetos sobre agentes públicos/as é nítida: envio imediato da proposição para a associação ou sindicato da correspondente categoria - apresentamos centenas de emendas e realizamos vários pronunciamentos na tribuna da Assembleia a partir do diálogo com as entidades do funcionalismo público. O mais recente caso revela a coerência com a qual conduzimos nosso mandato: fui o único deputado estadual a votar contra um Projeto de Lei que diminuiu o percentual de cargos em comissão do Ministério Público a serem preenchidos privativamente por servidores/as de carreira.

A valorização do/a servidor/a público/a é um dos principais eixos que nosso mandato desenvolve no âmbito da defesa do serviço público. Sabemos que não existe valorização sem garantir justa e adequada remuneração, por isso atuamos com muita energia na luta pela elaboração e atualização de planos de cargos, carreiras e remuneração de várias carreiras, incluídas as promoções de servidores militares. Atuamos em lutas anuais e permanentes que travamos juntos com o FUASPEC (Fórum de entidades do serviço público estadual) para a garantia de índices justos de revisão salarial, a fim de enfrentar a corrosão salarial que os/as servidores/as públicos/as do estado do Ceará sofreram nos últimos anos. Entendemos que nosso papel sempre foi de abrir diálogos, reivindicar e incidir para a conquista de direitos aos servidores.

Embora ainda haja muitos assuntos para abordar sobre o que nosso mandato fez, e continua a fazer, sobre o serviço público (jornada especial para servidores/as responsáveis por pessoas com deficiência, luta contra o assédio moral e práticas antissindicais, acompanhamento ativo e solidariedade a servidores em greve, etc), não quero me restringir ao passado. Neste momento, é preciso olhar para o futuro. A composição hegemônica do Congresso Nacional nas últimas Legislaturas demonstrou que o serviço público é visto como um empecilho ao desenvolvimento do país e os/as servidores/as públicos/as como inimigos/as da nação.

Isso tem que mudar. Queremos levar à Câmara dos Deputados uma compreensão e atuação radicalmente opostas: defender o serviço público e valorizar seus servidores/as é condição para o desenvolvimento do país e para a distribuição da riqueza socialmente produzida. Em Brasília, iremos ser voz ativa contra a reforma administrativa, que busca fragilizar o instituto da estabilidade para transformar o quadro de pessoal em balcão de negócios e de influência política, facilitando o fisiologismo e a corrupção

Como servidor público e militante ecossocialista, continuarei a pautar a defesa do serviço público como um eixo estruturante do nosso futuro mandato. Não há como efetivar os direitos sociais consagrados em nossa Constituição sem dotar o Poder Público de estrutura de pessoal, sobretudo através da admissão de agentes públicos, valorização remuneratória e voltada ao desenvolvimento na carreira, condições dignas de trabalho e proteção dos/as servidores/as aposentados/as.

Ou seja, defender o serviço público e os/as servidores/as se trata de defender um projeto justo e soberano de país. Peço o voto de vocês, companheiros e companheiras, justamente nesta dimensão: não se trata apenas de digitar 5050 no dia 4 de outubro, mas sim de se engajar conosco na luta por esse projeto de país. Um outro futuro nos convoca a partir de agora.

Vamos juntos?

